

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its Administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Anual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 séries)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acresce o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

GOVERNMENT OF INDIA

Ministry of Mines and Metals

Office of the Controller of Mining Leases,
Goa, Daman and Diu

Order

CML-Z-2/68/D-15

Whereas a case was registered for modification of terms of the mining lease dated 26-8-1931 for Iron Manganese Ore held by Shri Domingos Jose Fernandes, Aldona, Goa area 97,3000 hectares situated in village Netorlim, Sanguem Taluka, Goa.

(1) And whereas an enquiry has been made, as laid down in the Mining Leases (Modification of Terms) Amendment Rules 1956.

(2) It is hereby ordered under rule 6 of the aforesaid Rules that the terms and conditions of the above lease shall stand modified as follows:—

- (i) Period: The period of the lease shall be 20 years commencing from 15th January, 1966.
- (ii) Dead Rent: Dead rent shall be payable at Rs. 25/- per hectare per annum from 15th January, 1966.
- (iii) Royalty: Royalty shall be payable in respect of any mineral removed by him from the leased area after 15th January, 1966 at the rate for the time being specified in the second Schedule of the Mines and Minerals (Regulations Developments) Act 1957 in respect of that mineral.
- (iv) The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.
- (v) The following clause shall be deemed to be inserted in the lease deed and shall form part thereof:—

«Except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Sections 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (No. 67 of 1957).»

3. It is further clarified that royalty shall be payable in accordance with section 9 of the Mines and Minerals (Regulation & Development) Act, 1957 instead of according to the stipulations in the lease deed.

(Tradução)

GOVERNO DA INDIA

Ministério de Minas e Metais

Repartição do Controlador de Arrendamentos
de Minas de Goa, Damão e Dio

Ordem

CML-Z-2/68/D-15

Tendo em consideração de foi requerida a modificação das condições do contrato de arrendamento da mina, datado de 26 de Agosto de 1931, para minério de ferro e manganês, da área de 97,3000 hectares, sita na aldeia de Netorlim do concelho de Sanguém, Goa, e em posse do Sr. Domingos José Fernandes, de Aldoná, Goa;

(1) Atendendo a que foram feitas averiguações, como dispõe a «Mining Leases (Modification of terms) Amendment Rules, 1956»;

(2) Por esta se determina, ao abrigo da norma 6.º das citadas normas que as condições do referido contrato de arrendamento sejam modificadas como a seguir se indica:—

- (i) Período: O período de arrendamento será de 20 anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966.
- (ii) Renda fixa: A renda fixa a pagar será de Rps. 25/- por hectare, por cada ano, a partir de 15 de Janeiro de 1966.
- (iii) Direitos de privilégio: Os direitos de privilégios serão pagáveis em relação a cada mineral extraído, pelo concessionário, da área arrendada, depois de 15 de Janeiro de 1966, na percentagem que presentemente se acha indicada na segunda Tabela do «Mines and Minerals (Regulations and Developments) Act, 1957» em relação a esse mineral.

(iv) O concessionário também pagará, pela área superficial por ele utilizada para a exploração da mina a renda de superfície e a renda de água segundo a percentagem, não excedendo a contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.

(v) A seguinte cláusula será acrescentada no referido contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo.

«Com excepção das modificações feitas por esta ordem, o arrendamento fica sujeito às normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (N.º 67 of 1957)».

3. Esclarece-se que o direito de privilégio será pago de conformidade com o artigo 9.º do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957, em vez de o ser conforme se acha estipulado no contrato do arrendamento.

4. It is further ordered that this order be published in the Official Gazette of Goa, Daman and Diu and copies thereof be sent to the lessee and the State Government.

5. This order will not apply to Coal and other minor minerals.

6. The lease is restricted to winning of Iron and Manganese Ore only.

A. P. Agrawal, Controller of Mining Leases Goa, Daman and Diu.

Panaji, 31st May, 1968.

Order

CML-Z-1/68/D-16

Whereas a case was registered for modification terms of the mining lease dated 30-1-1929 for Iron and Manganese Ores held by Mrs. Maria Severina D'Souza, Curchorem, Sanvordem, Goa, area 100 hectares situated in village Vadde, Taluka Sanguem Goa. The aforesaid Mrs. Maria Severina D'Souza has died and the case was contested by her son Mr. C. A. E. Fernandes.

(1) And whereas an enquiry has been made, as laid down in the Mining Leases (Modification of Terms) Amendment Rules, 1956.

(2) It is hereby ordered under rule 6 of the aforesaid Rules that the Terms and conditions of the above lease shall stand modified as follows:—

(i) Period: The Period of the lease shall be 20 years commencing from 15th January, 1966.

(ii) Dead Rent: Dead Rent shall be payable at Rs. 25/- per hectare per annum from 15-1-66.

(iii) Royalty: Royalty shall be payable in respect of any mineral removed by him from the leased area after 15-1-1966 at the rate for the time being specified in the second Schedule of the Mines and Minerals (Regulations and Developments) Act 1957 in respect of that mineral.

(iv) The lessee shall also pay, for the surface area sued by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable, on the land, as may be specified by the State Government.

(v) The following clause shall be deemed to be inserted in the lease deed and shall form part thereof:—
«Except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Sections 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (No. 67 of 1957).»

3. It is further clarified that royalty shall be payable in accordance with Section 9 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 instead of according to the stipulations in the lease deed.

4. It is further ordered that this order be published in the Official Gazette of Goa, Daman and Diu and copies thereof be sent to the lessee and the State Government.

5. This order will not apply to Coal and other minor minerals.

6. The lease is restricted to winning of Iron and Manganese Ore only.

A. P. Agrawal, Controller of Mining Leases Goa, Daman and Diu.

Panaji, 1st June, 1968, on the date on which this order

4. Determina-se que a presente ordem seja publicada no *Boletim Oficial* de Goa, Damão e Diu e de que cópias da mesma, sejam enviadas ao concessionário e ao Governo Estadual.

5. O disposto nesta, não terá aplicação no respeitante à carvão e outros minerais secundários.

6. O arrendamento restringe-se à extração de minério de ferro e manganês, sómente.

A. P. Agrawal, Controlador de Arrendamentos de Minas de Goa, Damão e Diu.

Panagi, 31 de Maio de 1968.

Ordem

CML-Z-1/68/D-16

Tendo em consideração de que foi requerida a modificação das condições do contrato de arrendamento de mina, datado de 30 de Janeiro de 1929, para minério de ferro e manganês, da área de 100 hectares, sita na aldeia Vadde do concelho de Sanguém, Goa, e em posse da Sr.ª Maria Severina de Souza, de Curchorém, Sanvordém, Goa, e que em virtude do falecimento da mesma, o seu filho C. A. E. Fernandes, prosseguiu com o mesmo caso;

(1) Atendendo a que foram feitas averiguações, como dispõe a «Mining Leases (Modification of terms) Amendment Rules, 1956»;

(2) Por esta se determina, ao abrigo da norma 6.º das citadas normas que as condições do referido contrato de arrendamento sejam modificadas como a seguir se indica:—

(i) Período: O período de arrendamento será de 20 anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966.

(ii) Renda fixa: A renda fixa a pagar será de Rps. 25/- por hectare, por cada ano, a partir de 15 de Janeiro de 1966.

(iii) Direitos de privilégio: Os direitos de privilégios serão pagáveis em relação a cada mineral extraído, pelo concessionário, da área arrendada, depois de 15 de Janeiro de 1966, na percentagem que presentemente se acha indicada na segunda Tabela do «Mines and Minerals (Regulations and Developments) Act, 1967» em relação a esse mineral.

(iv) O concessionário também pagará, pela área superficial por ele utilizada para a exploração da mina a renda de superfície e a renda de água segundo a percentagem, não excedendo a contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.

(v) A seguinte cláusula será acrescentada no referido contrato de arrendamento, e deve considerar-se como sendo parte do mesmo.

«Com excepção das modificações feitas por esta ordem, o arrendamento fica sujeito às normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (n.º 67 of 1957)».

3. Esclarece-se que o direito de privilégio será pago de conformidade com o artigo 9.º do «Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957, em vez de o ser conforme se acha estipulado no contrato de arrendamento.

4. Determina-se que a presente ordem seja publicada no *Boletim Oficial* de Goa, Damão e Diu e de que cópias da mesma, sejam enviadas ao concessionário e ao Governo Estadual.

5. O disposto nesta não terá aplicação no respeitante à carvão e outros minerais secundários.

6. O arrendamento restringe-se à extração de minério de ferro e manganês, sómente.

A. P. Agrawal, Controlador de arrendamentos de minas de Goa, Damão e Diu.

Panagi, 1 de Junho de 1968, em nome do Governo Estadual.

GOVERNMENT OF GOA, DAMÃO
AND DIU

General Administration Department

Order

14-88-68-GAD

A Study Group II of the Estimate Committee consisting of nine members and 4 Government Officials have visited Goa from 23rd to 25th June, 1968.

They all may be treated as State Guests during their stay in Goa.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

D. V. Sawant, Deputy Secretary (Appointments).

Panaji, 26th June, 1968.

Order

14-96-68-GAD

Shri Thomas Carter of the American Peace Corps, along with Shri John Slattery, Director of American Peace Corps visited Goa from 9th to 13th March, 1968.

They may be treated as State Guests.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

D. V. Sawant, Deputy Secretary (Appointments).

Panaji, 26th June, 1968.

Corrigendum

1-6-67-GAD

In the order No. 1-6-68-GAD dated 2-5-68, the name «Shri Vithalrao S. R. Dassai, mentioned at sr. no. 3, shall be read as «Shri Vitola Suria Rau Dassai.»

D. V. Sawant, Deputy Secretary (Appointments).

Panaji, 26th June, 1968.

Revenue Department

Notification

RD/LQN/246/65-68

Whereas by Government Notification, No. RD/LQN/246/65/67, dated 25th October, 1967 published in Government Gazette series II no. 30 at pages 205-207 dated 26th October, 1967, it was notified, under section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the land specified in the schedule appended thereto (hereinafter referred to as the «said land») was likely to be needed for a public purpose, viz. Naval Air Station;

And whereas by further notification no. RD/LQN/246/65-67, dated 5th February, 1968 published in the Government Gazette Series II, no. 44 at page 331, dated 5th February, 1968, it was notified under sub-section (1) of section 48 of the said Act that such portion of the said land, as specified in the schedule appended thereto, was not required for the said purpose;

And whereas by a further notification, no. RD/LQN/246/65-67, dated 5th February, 1968 published in the Government Gazette series II no. 44, at pages 332-333, dated 5th February, 1968 it was notified under sub-section (4) of section 17 of the said Act that the provisions of section 5A of the said Act shall not apply to such part of the said land as specified in the schedule appended thereto;

And whereas by a further notification No. RD/LQN/246/65-67 dated 20th February, 1968 published in the Government Gazette Series II, no. 47, at pages 377 and 378 dated 23rd February, 1968, it was declared under section 6 of the said Act that such part of the said land, as specified in the schedule appended thereto is required for the public purpose specified therein and the Collector was directed under sub-

GOVERNO DE GOA, DAMÃO
E DIO

Departamento de Administração Geral

Portaria

14-88-68-GAD

A 2.ª brigada de estudos da Comissão de Estimativas, composta de 9 membros e quatro oficiais do Governo, estiveram de visita à Goa, desde 23 a 25 de Junho de 1968.

Os mesmos deverão ser considerados como hóspedes do Estado, durante a sua estadia em Goa.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

D. V. Sawant, Deputy Secretary (Appointments).

Panagi, 26 de Junho de 1968.

Portaria

14-96-68-GAD

O Sr. Thomas Carter, do «American Peace Corps» em companhia do Sr. John Slattery, director do «American Peace Corps», visitaram Goa desde 9 a 13 de Março de 1968.

Os mesmos deverão ser considerados como hóspedes do Estado.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

D. V. Sawant, Secretário adjunto (Nomeações).

Panagi, 26 de Junho de 1968.

Corrigenda

1-6-67-GAD

Na portaria n.º 1-6-68-GAD, de 2 de Maio de 1968, o nome «Shri Vithalrao S. R. Dassai», mencionado na série n.º 3, deve ler-se como «Shri Vitola Suria Rau Dassai».

D. V. Sawant, Secretário adjunto (Nomeações).

Panagi, 26 de Junho de 1968.

Departamento de Rendimentos

Despacho

RD/LQN/246/65-66

Atendendo a que por despacho n.º RD/LQN/246/65-67, de 25 de Outubro de 1967, publicado à pgs. 205 a 207 do Boletim Oficial n.º 30, 2.ª série, de 26 de Outubro de 1967, fora tornado público, ao abrigo do artigo 4º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como «citado Act») que o terreno especificado no quadro anexo ao mesmo (referido daqui em diante como «saludido terreno») era necessário para os fins públicos da Estação Aérea Naval;

Considerando que por despacho posterior n.º RD/LQN/246/65-67, de 5 de Fevereiro de 1968, publicado à pgs. 331 do Boletim Oficial n.º 44, 2.ª série, de 5 de Fevereiro de 1968, fora tornado público, ao abrigo da alínea (1) do artigo 48º do citado Act, que a parte do terreno descrita no quadro anexo ao mesmo não era necessário para os referidos fins;

Tendo em vista que por despacho posterior n.º RD/LQN/246/65-67, de 5 de Fevereiro de 1968, publicado à pgs. 332 a 333 do Boletim Oficial n.º 44, 2.ª série, de 5 de Fevereiro de 1968, fora tornado público, ao abrigo da alínea (4) do artigo 17º do citado Act que o disposto no artigo 5A não teria aplicação no respeitante à parte do terreno descrito no quadro anexo ao mesmo despacho;

Tendo em consideração que por despacho posterior n.º RD/LQN/246/65-67, de 20 de Fevereiro de 1968, publicado à pgs. 377 a 378 do Boletim Oficial n.º 47, 2.ª série, de 23 de Fevereiro de 1968, se determinava ao abrigo do artigo 6º do citado Act, que a parte do terreno descrita no quadro anexo ao mesmo despacho era necessária para os fins mencionados no mesmo, e ao abrigo da alínea (1) do artigo 17º que o

-section (1) Section 17 of the said Act to take possession of all waste or arable land.

And whereas by a further notification No. RD/LQN/246/65-67, dated 31st May, 1968, published in the Government Gazette, series II no. 10 at pages 58-59 it was notified that plots No. 4 and 27 of the said land be deleted for the purposes of the aforesaid notifications No. RD/LQN/246/65-67, dated 5th February, 1967 published in the Government Gazette, dated 5th February, 1968, series II, no. 44 at pages 332-333 and No. RD/LQN/246/65-67, dated 20th February, 1968 published in the Government Gazette, dated 23rd February, 1968, series II, no. 47, at pages 377-378;

And whereas in the opinion of the appropriate Government, the provisions of sub-section (1) of section 17 of the said Act are applicable to such part of the said land, as specified in the schedule appended hereto.

Now therefore the appropriate Government is pleased to direct under sub-section (4) of section 17 of the said Act that the provisions of section 5A of the said Act shall not apply in respect of such part of the land as specified in the schedule appended hereto.

A plan of the said land showing the land specified in the schedule appended hereto shall be available for inspection in the Office of the Collector of Goa, Panaji for a period of 30 days from the date of this notification.

Collector deveria tomar posse de todo o terreno inculto ou cultivável;

Atendendo a que por despacho posterior n.º RD/LQN/246/65-67, de 31 de Maio de 1968, publicado à pgs. 58 a 59 do *Boletim Oficial* n.º 10, 2.ª série, fora tornado público que os lotes n.ºs 4 e 27 deveriam ser omitidos do mesmo terreno para os fins do despacho n.º RD/LQN/246/65-67, de 5 de Fevereiro de 1967, publicado à pgs. 332 a 333 do *Boletim Oficial* n.º 44, 2.ª série, de 5 de Fevereiro de 1968, e do despacho n.º RD/LQN/246/65-67, de 20 de Fevereiro de 1968, publicado à pgs. 377-378 do *Boletim Oficial* n.º 47, 2.ª série, de 23 de Fevereiro de 1968.

Considerando, por último, que no parecer do Governo interessado as disposições da alínea (1) do artigo 17.º do citado Act, são aplicáveis à parte do terreno descrito no quadro anexo ao presente despacho;

O Governo determina, ao abrigo da alínea (4) do artigo 17.º do citado Act, que as disposições do artigo 5A do citado Act, não serão aplicáveis em relação à parte do terreno descrito no quadro a este anexo.

O plano do aludido terreno, indicando o terreno descrito no quadro a este anexo, poderá ser consultado na Repartição do Collector de Goa, Panaji, pelo prazo de 30 dias, contado da data deste despacho.

SCHEDULE — QUADRO

Taluka	Village	Plot No.	Description of the said land	Approximate area
Concelho	Aldeia	Terreno n.º	Descrição do aludido terreno	Área aproximada
Marmagoa	Marmagoa	4, excluding therefrom the sub-plot marked as plot 4/A, admeasuring 773 square metres.	Marmagoa Comunidade.	57,907 sq. mts.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

W. G. Ranadive, Secretary (Revenue).

Panaji, 29th June, 1968.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

W. G. Ranadive, Secretário (Rendimentos).

Panagi, 29 de Junho de 1968.

Directorate of Civil Administration

By order dated 20-6-1968:

The plot of land measuring 1000 sq. metres, belonging to the Serula Comunidade, granted provisionally on 18-11-1962, to Shri Naguexa Bicu Ganecar, for construction of house, is hereby directed to be reverted in favour of the same Comunidade with legal consequences as he failed to take possession of the plot during the prescribed time limit.

By order dated 20-6-1968:

The plot of land measuring 1000 sq. metres, belonging to the Comunidade of Serula, granted provisionally on 22-12-1962, to Shri Amirali Dawoodbhhai Noorani, for construction of house, is hereby directed to be reverted in favour of the same Comunidade with legal consequences as he failed to take possession of the plot during the prescribed time limit.

By order dated 20-6-1968:

The plot of land measuring 1000 sq. metres, belonging to the Serula Comunidade, granted provisionally on 9-12-1962, to Shri Venctexa Data Camotim Gauncar, for construction of house, is hereby directed to be reverted in favour of the same Comunidade with legal consequences as he failed to take possession of the plot during the prescribed time limit.

Panaji, 26th June, 1968.—D. N. Barua, Collector and D.C.A.

Direcção dos Serviços de Administração Civil

Por portaria de 20 de Junho de 1968:

Por esta se determina que o terreno medindo 1000 m², pertencente à comunidade de Serulá, concedido em aforamento temporário, em 18 de Novembro de 1962, a Naguexa Bicú Ganecar, para construção de casa, seja revertido à mesma comunidade, com consequências legais, visto o mesmo não ter tomado posse do terreno dentro do prazo estabelecido.

Por portaria de 20 de Junho de 1968:

Por esta se determina que o terreno medindo 1000 m², pertencente à comunidade de Serulá, concedido em aforamento temporário, em 22 de Dezembro de 1962, a Amirali Dawoodbhhai Noorani, para construção de casa, seja revertido à mesma comunidade, com consequências legais, visto o mesmo não ter tomado posse do terreno dentro do prazo estabelecido.

Por portaria de 20 de Junho de 1968:

Por esta se determina que o terreno medindo 1000 m², pertencente à comunidade de Serulá, concedido em aforamento temporário, em 9 de Dezembro de 1962, a Venctexa Data Camotim Gauncar, para construção de casa, seja revertido à mesma comunidade, com consequências legais, visto o mesmo não ter tomado posse do terreno dentro do prazo estabelecido.

Panagi, 26 de Junho de 1968.—D. N. Barua, Collector e Director dos Serviços de Administração Civil.

Law and Judicial Department

Notification

LD/N/27/68-69

In exercise of the powers conferred by Sub-section (1) of Section 12 of the Code of Criminal Procedure, 1898, the

Despacho

LD/N/27/68-69

No uso das faculdades conferidas pela alínea (1) do artigo 12.º de «Code of Criminal Procedure 1898» o Governador-

Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu hereby appoints Shri M. S. Dayal, Collector Daman as a Judicial Magistrate First Class, Daman and invests him with all powers of a Magistrate of the same class under schedule 4 of the said code until Shri Antonio Orlando Soares, Civil Judge Senior Division who is undergoing training at Bombay resumes his duties at Daman;

And further in exercise of powers conferred by section 357 of the said code, authorises Shri M. S. Dayal to take down evidence in the English language.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

V. R. Vaze, Under Secretary.

Panaji, 27th June, 1968.

Notification

LD/N/9/29/68-69

In exercise of the powers conferred by section 88(1) (a) of the Indian Registration Act, 1908, the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu hereby directs that it will not be necessary for the holder for the time being of the office of the Chairman of Food Craft Centre Society (Goa) Panaji to appear in person or by agent at any registration office in any proceedings connected with the registration of any instrument executed by him or in his favour, in his official capacity, or to sign as provided in section 58 of the said Act.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

R. L. Segel, Law Secretary.

Panaji, 27th June, 1968.

Office of the Registers and Notary Services

Order

RC/145/68

Whereas Shri Tucarama Narana Chornencar, from Carmona, has applied to the Lt. Governor of Goa, Daman and Diu, to change his name Tucarama Narana Chornencar into Cândido Joseph Falcão;

Whereas all legal provisions earmarked for the purpose in nos. 1 to 3 of article 178 of the Civil Registration Code have been complied with;

Shri Tucarama Narana Chornencar, from Carmona, in accordance with no. 4 of article 178 of the Civil Registration Code is hereby authorized to change his name Tucarama Narana Chornencar into Cândido Joseph Falcão and thereby publish this Order in the Government Gazette. He should apply to make the necessary change in the respective register.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

R. L. Segel, Law Secretary.

Panaji, 22nd June, 1968.

Food and Civil Supplies Department

Order

DE/TECH/A/54/66/1-A

In pursuance of sub-rule (1) of Rule 5 of the Central Civil Services (Temporary Service) Rules, 1965, the Administrator of Goa, Daman and Diu hereby gives notice to Shri V. S. Konnur, Assistant Lecturer in Mechanical Engineering in the College of Engineering, Goa, that his services shall stand terminated with effect from the date of expiry of a period

—tenente de Goa, Damão e Dio, nomeia o Sr. M. S. Dayal, Collector de Damão, Magistrado Judicial de 1.ª classe, em Damão, e confere ao mesmo todos os poderes dum Magistrado da mesma classe, ao abrigo da tabela 4.ª do citado código, até à data em que o Sr. António Orlando Soares, «Civil Judge, Senior Division» que está sujeitando-se a treino, em Bombaim, reassuma as suas funções em Damão.

Usando das faculdades conferidas pelo artigo 357º do citado código o Sr. M. S. Dayal, é autorizado a constatar depoimentos em inglês.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dio.

V. R. Vaze, Subsecretário.

Panagi, 27 de Junho de 1968.

Despacho

LD/N/9/29/68-69

No uso das faculdades conferidas pelo artigo 88(1) (a) do «Indian Registration Act, 1908», o Governador-tenente de Goa, Damão e Dio, determina que não será necessário ao actual titular do cargo de presidente da «Food Craft Centre Society (Goa)», Panagi, comparecer em pessoa ou por intermédio dum representante em qualquer Repartição de Registo, para quaisquer actos relacionados com o registo de qualquer instrumento executado por ele ou a seu favor, na sua capacidade oficial, ou de assinar como dispõe o artigo 58º do citado Act.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dio.

R. L. Segel, Secretário de Justiça.

Panagi, 27 de Junho de 1968.

Repartição dos Registos e do Notariado

Portaria

RC/145/68

Tendo Tucarama Narana Chornencar, de Carmona, requerido ao Governo a mudança do seu nome Tucarama Narana Chornencar para Cândido Joseph Falcão;

Atendendo a que foram cumpridas todas as formalidades legais para esse fim designadas nos n.ºs 1 a 3 do artigo 178º do Código do Registo Civil;

É autorizado Tucarama Narana Chornencar, de Carmona, de harmonia com o disposto no n.º 4 do artigo 178º do Código do Registo Civil, a mudar o seu nome Tucarama Narana Chornencar para Cândido Joseph Falcão e bem assim a publicar no *Boletim Oficial*, a presente portaria, devendo solicitar o competente averbamento no respectivo registo.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

R. L. Segel, Secretário de Justiça.

Panagi, 22 de Junho de 1968.

Departamento de Alimentação e Abastecimento Civil

Portaria

DE/TECH/A/54/66/1-A

De harmonia com a alínea (1) da norma 5.ª do «Central Civil Services (Temporary Service) Rules, 1965» o Administrador de Goa, Damão e Dio, por esta avisa o Sr. V. S. Konnur, lecionador assistente de engenharia mecânica da Faculdade de Engenharia de Goa, que os seus serviços são

of one month from the date on which this notice is served on or, as the case may be, tendered to him.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

R. K. Gupta, Deputy Secretary (Planning).

Panaji, 22nd June, 1968.

Order

DE/EST/A/66-VI

1. In continuation of the Government Order No. DE/EST/A/66-VI, dated 23-4-1968, serving one month's notice to Shri H. C. Metha, Lecturer in Political Science in the Government Arts and Science College Daman, Government have accepted the request of Shri Metha to be relieved on 30th June, 1968, afternoon.

2. Shri H. C. Metha is not entitled to get pay and other allowances for the period between the 1st and the 16th of July, 1968.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

R. K. Gupta, Deputy Secretary (Planning).

Panaji, 26th June, 1968.

Public Works Department

Order

PWD/230/230/68

The Government is pleased to decide that the below mentioned Municipal road is transferred to the Public Works Department for improvement and maintenance with immediate effect: —

Road: Ozro — Raçaim.

This issues with the concurrence of the Finance Department, vide their U.O.No. Fin(E)/487/3967/68 dated 26-6-68.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

Balcrishna R. Naique, Principal Engineer and Ex-Officio Addl. Secretary to the Govt. of Goa, Daman and Diu.

Panaji, 27th June, 1968.

Notifications

Land Acquisition Act 1894 (Act I of 1894)

PWD/LA/34/68

Whereas by Government Notification No. RD/LQN/373/66, dated 31st December, 1966, published on page 215 of Series II, of the Government Gazette dated 12th January, 67, it was notified under Section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the land specified in the schedule appended thereto (hereinafter referred to as the «said land») was likely to be needed for a public purpose viz. for construction of traffic Island on Onda-Usgao Road.

And whereas in the opinion of the appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») such part of the said land, as specified in the Schedule appended hereto is not immediately required for the aforesaid purpose.

Now, therefore, the Government is pleased to declare under sub-section (1) of Section 48 of the said Act that it has withdrawn from acquisition of such part of the said land as specified in the schedule appended hereto for the aforesaid purpose and that the aforesaid Government Notification, No. RD/LQN/373/66, dated 31st December, 1966, shall be deemed to be cancelled in so far as it relates to the said part of the land specified in the Schedule appended hereto.

A plan of the land, remaining after exclusion of the said part mentioned in the Schedule hereto shall be available for inspection in the Office of the Deputy Collector, South Sub Division, Margao for a period of 30 days from the date of this Notification.

dados por terminados, findo o prazo de um mês, contado da data em que lhe seja dado conhecimento do presente aviso.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

R. K. Gupta, Secretário adjunto (Planificação).

Panagi, 22 de Junho de 1968.

Portaria

DE/EST/A/66-VI

1. Em aditamento à portaria n.º DE/EST/A/66-VI, de 23 de Abril de 1968, dando aviso de um mês ao Sr. H. C. Mehta, lecionador de Ciências Políticas da Faculdade de Letras e Ciências do Governo, em Damão, o Governo aceita o pedido do Sr. Mehta, dispensando a partir de 30 de Junho de 1968, após o meio-dia.

2. O Sr. H. C. Mehta; não terá direito ao vencimento e outros subsídios entre 1 a 16 de Julho de 1968.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

R. K. Gupta, Secretário adjunto (Planificação).

Panagi, 26 de Junho de 1968.

Serviços das Obras Públicas

Portaria

PWD/230/230/68

O Governo determina que a estrada municipal abaixo mencionada seja transferida, com efeito imediato, para os Serviços das Obras Públicas, para os fins do seu melhoramento e conservação: —

Estrada: Ozro — Raçaim.

A presente portaria é expedida com a aprovação do Departamento das Finanças, autorizada por sua nota n.º Fin (E)/487/3967/68, de 26 de Junho de 1968.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

Balcrishna R. Naique, Engenheiro Executivo e Secretário Adicional Ex-Ofício, do Governo de Goa, Damão e Dio.

Panagi, 27 de Junho de 1968.

Despachos

«Land Acquisition Act 1894 (Act I of 1894)»

PWD/LA/34/68

Atendendo a que por despacho n.º RD/LQN/373/66, de 31 de Dezembro de 1966, publicado à pgs. 215 do Boletim Oficial, 2.ª série, de 12 de Janeiro de 1967, foma tornado público, elo abrigo do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como «citado Act»), que o termeno especificado no quadro anexo ao mesmo despacho era necessário para os fins da construção duma ilha de trânsito na estrada Onda-Usgão.

Tendo em consideração que no parecer do Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo» a parte do terreno descrita no quadro anexo a este despacho não é imediatamente necessária para os fins acima referidos.

O Governo declara, ao abrigo da alínea (1) do artigo 48.º do citado Act, que desiste da aquisição da parte do terreno indicada no quadro anexo para os fins acima referidos e que o despacho lacuna referido, n.º RD/LQN/373/66, de 31 de Dezembro de 1966, fica sem efeito no que respeita à parte do terreno descrita no quadro anexo.

O plano do terreno que resta após a exclusão da referida parte mencionada no quadro anexo, poderá ser consultada na Repartição do Collector adjunto da Sub-division do sul, Margão, por período de 30 dias, contado da data deste despacho.

SCHEDULE

Taluka	Town Village	Description of the said land	Approximate area
Ponda	Usgao	Part of Survey Nos. 416 and 441 at the junction of Onda-Tisca road and the Gangem-Candeapar road.	317 sq. mts.

By order and in the name of the Administrator of Goa,
Daman and Diu.

Balcrishna R. Naique, Principal Engineer and Ex-Officio
Addl. Secretary to the Government of Goa, Daman and Diu.
Panaji, 22nd June, 1968.

Land Acquisition Act 1894 (Act I of 1894)

No. PWD/LA/35/68 — Whereas it appears to the Appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for public purpose viz. for widening of Assolna-Betul (Bavchi) road.

Therefore the Government is pleased to notify under sub-section (1) of Section 4 of the said Act that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease mortgage, assignment, exchange or otherwise, or any outlay, commenced or improvements made thereon without the sanction of the Collector appointed in paragraph 4 below, after the date of the publication of this Notification, will under clause (seventh) of section 24 of the said Act, be disregarded by him while assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Deputy Collector South Sub-Division, Margao, to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa, Panaji.
2. The Deputy Collector, South Sub-Division, Margao.
3. Executive Engineer, P. W. D. Division VI, Margao.
4. The Director of Land Survey Department, Panaji.

6. A rough plan of the said land is available for inspection in the office of the aforesaid Deputy Collector, for a period of 30 days from the date of this Notification.

SCHEDULE

Taluka	Town Village	Description of the said land	Approximate area
Salcete	Velim	A strip of land covering parts of survey Nos. 192, 193, 348, 353, 354, 448, 458, 538, 539, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 575, 576, 581, 582, 583, 584, 585, 587, 592, 593, 594, 595, 596, 616 and 758.	59250 sq. mts.

By order and in the name of the Administrator of Goa,
Daman and Diu.

Balcrishna R. Naique, Principal Engineer and Ex-Officio
Addl. Secretary to the Government of Goa, Daman and Diu.
Panaji, 22nd June, 1968.

QUADRO

Concelho	Cidade Aldeia	Descrição do aludido terreno	Área apro- ximada
Ponda	Usgao	Parte dos cadastros n.º 416 e 441 na junção da estrada Onda-Tisca e da estrada Gangem-Candeapar.	317 m ²

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

Balcrishna R. Naique, Engenheiro-Chefe e Secretário adicional, ex-officio, do Governo de Goa, Damão e Dio.
Panagi, 22 de Junho de 1968.

«Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)

N.º PWD/LA/35/68 — Atendendo a que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno especificado no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins do alargamento da estrada Assolna-Betul.

Torna-se público, ao abrigo da alínea (1) do artigo 4.º do citado Act, que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem autorização do Collector, depois da data aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do referido Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado, oportunamente, no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do referido Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado, na devida altura, no *Boletim Oficial*.

4. Ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o Governo nomeia o Collector adjunto da sub-divisão do sul, Margão, para exercer as funções de Collector, ao abrigo do citado Act, em todos os actos relacionados com o aludido terreno.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (4) do artigo 17.º do citado Act, as seguintes entidades oficiais para exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno.

1. Collector de Goa, Panagi.
2. Collector adjunto da sub-divisão do sul, Margão.
3. Engenheiro Executivo da Secção de Obras VI, das Obras Públicas, Margão.
4. Director de Agrimensura, Panagi.

6. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do referido Collector adjunto, por período de 30 dias, contado da data deste despacho.

QUADRO

Concelho	Cidade Aldeia	Descrição do aludido terreno	Área apro- ximada
Salcete	Velim	Faixa do terreno abrangendo os cadastros n.º 192, 193, 348, 353, 354, 448, 458, 538, 539, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 575, 576, 581, 582, 583, 584, 585, 587, 592, 593, 594, 595, 596, 616 e 758.	58250 m ²

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

Balcrishna R. Naique, Engenheiro-chefe e Secretário Adicional, Ex-Officio, do Governo de Goa, Damão e Dio.
Panagi, 22 de Junho de 1968.

Land Acquisition Act 1894 (Act I of 1894)

No. PWD/LA/31/68 — Whereas it appears to the Appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for public purpose viz. for construction of Saleri-Molorem road.

Therefore the Government is pleased to notify under subsection (1) of section 4 of the said Act that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease mortgage, assignment, exchange or otherwise, or any outlay commenced or improvements made thereon without the sanction of the Collector after the date of the publication of this Notification, will under clause (seventh) of section 24 of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Deputy Collector South Sub-Division, Margao, to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise under subsection (2) of section 4 of the said Act, the following to do the Act, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa, Panaji.
2. The Deputy Collector, South Sub-Division, Margao.
3. The Executive Engineer, P. W. D., Works Division VI, Margao.
4. The Director of Land Survey, Panaji.

6. A rough plan of the said land is available for inspection in the office of the abovesaid Deputy Collector, for a period of 30 days from the date of this Notification.

«Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)

N.º PWD/LA/31/68 — Atendendo a que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno especificado no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins da construção da estrada Saleri-Molorem.

Torna-se público, ao abrigo da alínea (1) do artigo 4.º do citado Act, que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno para os fins, com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem autorização do Collector, depois da data deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do referido Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado, oportunamente, no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do referido Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado, na devida altura, no *Boletim Oficial*.

4. Ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o Governo nomeia o Collector adjunto da sub-divisão do sul, Margão, para exercer as funções de Collector, ao abrigo do citado Act, em todos os actos relacionados com o aludido terreno.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (4) do artigo 17.º do citado Act, as seguintes entidades oficiais para exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno.

1. Collector de Goa, Panagi.
2. Collector adjunto da sub-divisão do sul, Margão.
3. Engenheiro Executivo da Secção de Obras II, das Obras Públicas, Panagi.
4. Director de Agrimensura, Panagi.

6. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do referido Collector adjunto, por período de 30 dias contado da data deste despacho.

SCHEDULE — QUADRO

Taluka	Town	Description of the said land			Area in Sq. mts.	
		Plot No.	Name of the person believed to be interested			
			Descrição do aludido terreno			
Concelho	Aldeia	Terreno n.º	Nome da pessoa que se pressume ser interessada		Area em m ²	
1	2	3	4	5	6	
Canacona	Parvem	1	Janu Bhikaro Velipe of Parve		60.50	
		2	Francisco Xavier Gomes of Parve		2625.85	
		3	Nilu Pandu Folo of Parvem		1883.50	
		4	Pandhari Desai and others of Agonda		2182.00	
		5	Babuso Rama Pagi of Agonda		685.30	
	Saleri	7	Ramchandra Narayan Naik of Agonda		1288.00	
		8	Santana Fernandes of Saleri		1073.00	
		9	Gopinath F. Naik of Agonda		839.00	
		10	Narayan Naik of Agonda		939.00	
		11	Satchit Sancow of Cuncolim		50.75	
		12	Kir Soiru Pagi of Cola		1869.00	
		13	Ramesh Kolkar of Cola		215.00	
		14	Cola Comunidade		18536.00	
		15	Narayan Naik of Cola		670.60	
	Cola	16	Dattatraya Nagarsekar of Canacona		1475.74	
		17	Sadanand Shenvi Rege of Cola		505.66	
		18	Kamlakar Shenvi of Cola		341.40	
		19	Sadanand Shenvi Rege of Cola		396.50	
		20	Audhut S. Nagarsekar of Canacona		383.15	
		21	Laxman Ramchandra Shenvi of Cola		270.00	
		22	Sadanand Shenvi Rege of Cola		337.30	
		23	Audhut S. Nagarsekar of Canacona		310.00	
		24	Gajanan Prabhu Desai of Cola		100.70	
		25	Laxman Ramchandra Shenvi of Cola		368.30	

1	2	3	4	5
Canacona	Cola	27	Ganesh Vithal Prabhu of Cola	449.60
»	»	28	Cola Comunidade	820.00
»	»	29	Janki Ragunath Shenvi of Cola	1140.00
»	»	30	Ganesh Vithal Prabhu of Cola	428.00
»	»	31	Padmanab P. Desai of Cola	427.00
»	»	32	Raghunath Prabhu Desai of Cola	1015.00
»	»	33	Audhut Shenvi Nagarsekar of Canacona	545.00
»	»	34	Sadanand Shenvi Rege of Cola	230.00
»	»	35	Kamlakar Shenvi of Cola	234.00
»	»	36	Sadanand Shenvi Rege of Cola	400.00
»	»	37	Dattraya Shenvi Nagarsekar of Canacona	1135.00
»	»	38	Narsinh Naik of Cola	925.00
»	»	39	Yeso Topu Devli of Cola	378.00
»	»	40	Visnu Kamat of Assolna	311.00
»	»	41	Shri Gramdev Laxmi Narayan of Cola	390.00
»	»	42	Gokuldas Prabhu of Cola	282.50
»	»	43	Vithal Anant Prabhu Desai of Cola	218.00
»	»	44	Jaganath Prabhu Desai of Cola	1155.00
»	»	45	Cola Comunidade	936.00
»	»	47	Cola Comunidade	427.75
»	»	48	Gokuldas Prabhu Desai of Cola	383.00
»	»	49	Satchit Sancow of Cuncolim	453.00
»	»	50	Fundalik Naik of Cola	1049.00
»	»	51	Gokuldas Prabhu Desai of Cola	292.00
»	»	52	Vithal Anant Prabhu of Cola	185.00
»	»	53	Hari Pai of Canacona	392.00
»	»	55	Vithal Anant Prabhu of Cola	67.00
»	»	56	Krishnanath V. Prabhu Desai of Cola	840.00
»	»	57	Gopinath Pandhari Prabhu Desai of Cola	1031.65
»	»	58	Cola Comunidade	7745.00
»	»	59	Sanyashi Pagi of Cola	367.50
»	»	60	Yashwant Prabhu of Cola	482.00
»	»	61	Yeshwant Pagi of Cola	355.00
»	»	62	Shanu Pagi of Cola	215.00
»	»	63	Bombi Velipe of Cola	242.50
»	»	64	Vishram Pagi of Cola	170.00
»	»	65	Paika Anvalkar of Cola	114.00
»	»	66	Sanyashi Pagi of Cola	108.00
»	»	67	Cola Comunidade	7414.00
»	»	68	Madhu Velipe of Cola	2313.00
»	»	69	Cola Comunidade	11784.00
»	»	70	Shanu Rama Naik	3694.00
»	»	71	Cola Comunidade	10313.00
»	Molorem	72	Mukund Prabhu Desai of Molorem	268.00
»	»	73	Meena Prabhu Desai of Molorem	536.00
»	»	75	Mukund Prabhu Desai of Molorem	180.00
»	»	76	Vishnu C. P. Desai of Molorem	120.00
»	»	77	Nanu Naik of Molorem	151.25
»	»	78	Vishnu Prabhu Desai of Molorem	80.00
»	»	79	Gurudas Prabhu Desai of Molorem	71.25
»	»	80	Madhukar U. P. Desai of Molorem	266.00
»	»	81	Gurudas Prabhu Desai of Molorem	114.15
»	»	82	Shrirang Padmanab Prabhu Desai of Molorem	511.45
»	»	83	Gurudas Prabhu Desai of Molorem	554.20
»	»	84	Balaji Prabhu Konkar of Molorem	341.25
»	»	85	Ramachandra Konkar of Molorem	248.60
»	»	86	Jaganath Prabhu Desai of Molorem	312.60
»	»	87	Meena Prabhu Desai of Molorem	477.35
»	»	88	Ranu P. Desai of Molorem	207.00
»	»	89	Vyankatesh A. Prabhu Desai of Molorem	387.15
»	»	90	Ranganath Prabhu Desai of Molorem	2909.00
			Total	106998.00

7. The Government is also pleased to cancel its previous Notification no. PWA/LA/WDII/4767, dated 10th May 1967, published on page 66, of Series II of the Government Gazette, dated 25th May, 1967.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

Balcrishna R. Naique, Principal Engineer and Ex-Officio Addl. Secretary to the Government of Goa, Daman and Diu.
Panaji, 22nd June, 1968.

Land Acquisition Act 1894 (Act I of 1894)

No. PWD/LA/32/68—Whereas it appears to the Appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land» is likely to be needed for public purpose viz. for construction of Pirna-Mercurem Road.

7. Fica sem efeito o despacho anterior, n.º PWA/LA/WDII/4767, de 10 de Maio de 1967, publicado à pgs. 66 do Boletim Oficial, 2.ª série, de 25 de Maio de 1967.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

Balcrishna R. Naique, Engenheiro-Chefe e Secretário Adicional, Ex-Ofício, do Governo de Goa, Damão e Dio.

Panagi, 22 de Junho de 1968.

Land Acquisition Act 1894 (Act I of 1894)

2. N.º PWD/LA/32/68—Atendendo a que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno especificado no quadro-anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins da construção da estrada Pirna-Mercurém.

Therefore the Government is pleased to notify under sub-section (1) of section 3 of the said Act that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease mortgage, assignment, exchange or otherwise, or any outlay commenced or improvements made thereon without the sanction of the Collector appointed in paragraph 4 below, after the date of the publication of this Notification, will under clause (seventh) of section 24 of the said Act, be disregarded by him while assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Deputy Collector North Sub-Division, Panaji, to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa, Panaji.
2. The Director of Land Survey, Panaji.
3. The Deputy Collector, North Sub-Division, Panaji.
4. The Executive Engineer, P. W. D. Works Division II, Panaji.

6. A rough plan of the said land is available for inspection in the office of the aforesaid Deputy Collector, for a period of 30 days from the date of this Notification.

Torna-se público, ao abrigo da alínea (1) do artigo 4.º do citado Act, que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio da venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem autorização do Collector, depois da data deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do referido Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado, oportunamente, no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do referido Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado, na devida altura, no *Boletim Oficial*.

4. Ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o Governo nomeia o Collector adjunto da sub-divisão do norte, Panagi, para exercer as funções de Collector, ao abrigo do citado Act, em relação ao aludido terreno.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (4) do artigo 17.º do citado Act, as seguintes entidades oficiais para exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno.

1. Collector de Goa, Panagi.
2. Director de Agrimensura, Panagi.
3. Collector adjunto da sub-divisão do norte, Panagi.
4. Engenheiro executivo da Secção de Obras II, dos Serviços das Obras Públicas, Panagi.

6. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do referido Collector adjunto, por período de 30 dias, contado da data deste despacho.

SCHEDULE — QUADRO

Taluka	Town — Village	Description of the said land	Approximate area
Concelho	Cidade — Aldeia	Descrição do aludido terreno	Sq. mts.
A strip of land believed to be belonging to Faixa do terreno que se presume pertencer a			
Bardez	Pirna	1) Shantadurga Devasthan 2) Comunidade of Pirna 3) Vasudeo Parab Sinari, Jaisingrao Rane and others of Pirna 4) Shamba Gudo Tari of Pernem 5) Comunidade of Pirna 6) Kuso Arjun Tari and others of Pirna 7) Shambhu Dhond & Govind Shantaram Bhounsule, of Pirna 8) Pirna Church 9) Joseph P. T. Menezes of Pirna 10) Zitrosa Maria Souza of Pirna 11) Kuso Arjun Tari and others of Pirna 12) Shambhu Dhond and Govind Shantaram Bhounsule of Pirna 13) Dina Atma Naik and Shiva Atma Naik of Pirna 14) Vasant Narayan Amre of Pirna 15) Kuso Arjun Tari and others of Pirna 16) Shambhu Dhond and Govind Shantaram Bhounsule of Pirna 17) Pandurang Mahadeo Amre of Pirna 18) Dina Atma Naik 19) Comunidade of Pirna 20) Kuso Arjun Tari and others of Pirna 21) Pirna Church 22) Shankar Nagdo of Pirna	709 2109 2639 148 132 23 514 76 88 86 115 87 85 126 3 63 125 99 5017 110 72 270
			Total 12601

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

Balcrishna R. Naik, Principal Engineer and Ex-Officio Addl. Secretary to Government of Goa, Daman and Diu.
Panaji, 21st June, 1968.

Land Acquisition Act 1894 (Act I of 1894)

No. PWD/LA/38/68 — Whereas it appears to the Appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») that the land specified in the schedule hereto (herein-

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Daman e Diu.

Balcrishna R. Naik, Engenheiro-chefe e Secretário Adicional, Ex-Ofício do Governo de Goa, Daman e Diu.

Panagi, 21 de Junho de 1968.

«Land Acquisition Act 1894 (Act I of 1894)»

N.º PWD/LA/38/68 — Atendendo a que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno especificado no quadro anexo (referido daqui em

after referred to as the «said land») is likely to be needed for public purpose viz. for establishment Onda — Piliem road of Rural Health Centre.

Therefore the Government is pleased to notify under sub-section (1) of section 4 of the said Act that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease mortgage, assignment, exchange or otherwise, or any outlay commenced or improvements made thereon without the sanction of the Collector appointed in paragraph 4 below, after the date of the publication of this Notification will under clause (seventh) of section 24 of the said Act, be disregarded by him while assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Deputy Collector North Sub-Division, Panaji, to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa, Panaji.
2. The Deputy Collector, North Sub-Division, Panaji.
3. The Director of Land Survey, Panaji.
4. The Executive Engineer, P.W.D. Works Divn. I, Panaji.

6. A rough plan of the said land is available for inspection in the office of the aforesaid Deputy Collector, for a period of 30 days from the date of this Notification.

diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para o estabelecimento duma estrada Onda-Piliem, da «Rural Health Centre».

Torna-se público, ao abrigo da alínea (1) do artigo 4.º do citado Act que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem autorização do Collector, depois da data deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do referido Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado, oportunamente, no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do referido Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado, na devida altura, no *Boletim Oficial*.

4. Ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o Governo nomeia o Collector adjunto da sub-divisão do norte, Panagi, para exercer as funções de Collector, ao abrigo do citado Act, em todos os actos relacionados com o aludido terreno.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do citado Act, as seguintes entidades oficiais para exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno.

1. Collector de Goa, Panagi.
2. Collector adjunto da sub-divisão do norte, Panagi.
3. Director de Agrimensura, Panagi.
4. Engenheiro Executivo da Secção de Obras I, das Obras Públicas, Panagi.

6. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do referido Collector adjunto, por período de 30 dias, contado da data deste despacho.

SCHEDULE — QUADRO

Taluka	Village	Description of the said land			Appx. Area
		Survey No.	Name of the person, believed to be interested	Descrição do aludido terreno	
Concelho	Aldeia	Cadastro n.º	Nome da pessoa que se presume ser interessada		Area aproximada
Goa	Mandur	8/part	Maria Romelia Rosalia Marques Colaço, widow of Jose Alberto Colaço, Ribandar.		4202 Sq. mts.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu,

Balcrishna R. Naik, Principal Engineer and Ex-Officio Addl. Secretary to the Government of Goa, Daman and Diu. Panaji, 22nd June, 1968.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

Balcrishna R. Naik, Engenheiro-Chefe e Secretário adicional, ex-ofício, do Governo de Goa, Damão e Diu.

Panagi, 22 de Junho de 1968.

Development Department 'A'

Order

DE/TECH/D/258/65/32576

In supersession of Order no. DE/TECH/D/252/65/31814 dated 30-9-1966, Govt. is pleased to appoint Dr. P. S. Varde, Director of Education and Additional Secretary, as State Apprenticeship Adviser, for Craftsmen Training Scheme for the Union Territory of Goa, Daman and Diu until further orders, from the date of issue of this order, in addition to his own duties.

The Officer is not entitled for any additional pay for working as State Apprenticeship Adviser.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

S. P. Balasubramanian, Development Commissioner.

Panaji, 18th June, 1968. *ADDA de ordens no. 31, 1968*

Departamento de Fomento 'A'

Portaria

DE/TECH/D/258/65/32576

Em substituição da portaria n.º DE/TECH/D/258/65/31814, datada de 30 de Setembro de 1966, o Governo nomeia o Dr. P. S. Varde, director dos Serviços de Instrução e Secretário adicional, para exercer as funções de «State Apprenticeship Adviser» para o programa de treino de artífices, no território da União de Goa, Damão e Diu, até ordens ulteriores, a partir da data desta portaria, cumulativamente com as funções do seu cargo.

O mesmo não terá direito a nenhum vencimento adicional para exercer as funções de «State Apprenticeship Adviser».

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

S. P. Balasubramanian, Comissário de Fomento.

Panagi, 18 de Junho de 1968.

Office of the Registrar Cooperative Societies

PRD/(c)-48-RMC/68

Read: 1. This Office order No. RSR-III-Dairy-22-Meet/68 dated 7th May 1968 directing Sr. Coop. Inspector (Agril) to convene special General Body Meeting of Tivim Coop. Dairy Society Ltd. Tivim Bardez.

2. Notice of the special General Body Meeting dated 7th May, 1968 and the adjourned Special General Body Meeting dated 16th May. 1968.

3. Report of the Sr. Coop. Inspector (Agril) dated 27-5-1968.

Sub: Supersession of the Committee of Management under Section 78(1) of the Maharashtra Coop. Societies Act 1960 as applied to the Union Territory of Goa, Daman and Diu read with Rule 61(1) of the Cooperative Societies Rules 1962.

The Tivim Cooperative Dairy Society Ltd. Tivim Bardez is registered on 29-8-1966 under registration No. PRD-(c)-48-/Goa. The main object of the Society is to encourage dairying amongst the agriculturist and to improve their economic condition by providing them a subsidiary occupation. The working of the said Society was normal upto September 1966. The General Meeting held on 30-12-1967 resolved that the Chairman should approach the Registrar of Coop. Societies to dissolve the Society for not granting loan to the Society. However, with the intention of putting the Society in the working order and to avoid its closure of it before its actual starts working some suggestion were made to the Chairman under this Office letter No. RSR/III/Dairy/22/67-68 dated 20-1-1968 and 3-2-1968 but no steps have been taken by the Management of the Society to implement the same.

An order No. RSR-III-Dairy-22/Meet/68 dated 7-5-1968 was issued directing Sr. Coop. Inspector (Agril) to convene Special General Body Meeting of the Society to take steps to start the working of the said Society but even then Management did not cared to come forward to improve the working of the Society.

In view of all the aforesaid facts and circumstances, I am of the opinion that the present Managing Committee is not performing its duties enjoined on it as per provisions of Act, Rules and Bye-laws of the Society, and its continuance is not conducive to the interest of the Society. Therefore in order to put the working of the Society in order and to ensure proper implementation of the dairy development programme, I remove the Managing Committee of the Society and pass the following order.

Order

In exercise of the powers vested in me under Section 78(1) of the Maharashtra Cooperative Societies Act, 1960 as applied to the Union Territory of Goa, Daman and Diu, read with Rule 61 of the Cooperative Societies Rules, 1962, I, Dr. Jose C. Almeida, Registrar of Coop. Societies, Goa, Daman and Diu, hereby remove the Managing Committee of the Tivim Cooperative Dairy Society Ltd. Tivim Bardez consisting of 9 members as mentioned below with effect from the date of issue of this order.

1. Shri Ravindra Porob (Chairman).
2. Shri Luis Afonso.
3. Shri Rama Lakho Salgaonkar.
4. Shri Vithal Hari Sarvankar.
5. Shri Mangesh Arjun Harmalkar.
6. Shri Harischandra Ganesh Harmalkar.
7. Shri Lawrence Rodrigues.
8. Shri Pedro Gomes Veigas.
9. Shri Mohan Shivaram Rodecar.

Under Section 78(1)(b) of the aforesaid Act, in place of the above Managing Committee, I hereby appoint Shri D. M. Pathan, Jr. Auditor, Coop. Societies, Mapusa as the Administrator to manage the aforesaid Society for a period of one year in the first instance.

Jose C. Almeida, Registrar of Cooperative Societies Goa, Daman and Diu.

Panaji 13th June, 1968.

Repartição do Registrador de Sociedades Cooperativas

PRD/(c)-48-RMC/68

Ref.: 1. Ordem desta Repartição n.º RSR-III-Dairy-22-Meet/68, de 7 de Maio de 1968, determinando o inspector de cooperativas (Agril) para convocar uma reunião especial da assembleia geral da «Tivim Coop. Dairy Society Ltd.», de Tivim, Bardés.

2. Aviso da reunião especial da assembleia geral de 7 de Maio de 1968 e a reunião especial, adiada, da assembleia geral, em 16 de Maio de 1968.

3. Relatório do inspector de cooperativas (Agril), datado de 27 de Maio de 1968.

Assunto: Substituição da comissão administrativa, ao abrigo do artigo 78(1) do «Maharashtra Coop. Societies Act, 1960», conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Dio, conjugado com a norma 61(1) dos «Cooperative Societies Rules, 1962».

A «Tivim Cooperative Dairy Society Ltd.», de Tivim, Bardés, fora registada em 29 de Agosto de 1966, sob o n.º de ordem PRD-(c)-48-/Goa. O objectivo principal da sociedade era de estimular a indústria de leitarias entre os agricultores e de melhorar a sua condição económica dando-lhes uma ocupação secundária. O funcionamento da mesma sociedade foi normal até Setembro de 1966. Na reunião da assembleia geral que se realizou em 30 de Dezembro de 1967, resolveu-se que o presidente deveria demandar do Registrador de Sociedades Cooperativas, a dissolução da mesma sociedade, por não ser concedido empréstimo à sociedade. Porém, com a intenção de pôr a sociedade em devido funcionamento e a fim de evitar o seu encerramento, antes de começar a funcionar efectivamente, foram feitas algumas sugestões ao presidente por notas desta Repartição n.º RSR/III/Dairy/22/67-68, de 20 de Janeiro de 1968 e 3 de Fevereiro de 1968, mas, não foram tomadas nenhuma medida pela administração da mesma sociedade, para pôr em prática as sugestões feitas.

Foi expedida uma ordem, n.º RSR-III-Dairy-22/Meet/68, datada de 7 de Maio de 1968, determinando que o inspector de cooperativas (Agril) convocasse uma reunião especial da assembleia geral da mesma sociedade, a fim de que a mesma começasse a funcionar, mas, até mesmo a administração da sociedade não se importou em tomar a iniciativa de melhorar o funcionamento da sociedade.

Em vista dos factos e circunstâncias acima expostos, sou do parecer que a actual comissão administrativa não exerce as funções que lhe cabe segundo as disposições dos citados Act, Rules e estatutos da sociedade e de que a sua continuação não serviria os interesses da sociedade. Por este motivo e a fim de pôr em funcionamento a sociedade em devida ordem e bem assim, assegurar que o programa do desenvolvimento de leitarias seja devidamente executado, exonero a comissão administrativa da sociedade e determino o seguinte:

Ordem

No uso das faculdades que me são conferidas pelo artigo 87(1) do «Maharashtra Cooperative Societies Act, 1960» conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Dio, conjugado com a norma 61.º dos «Cooperative Societies Rules, 1962» eu, Dr. José C. Almeida, Registrador de Sociedades Cooperativas de Goa, Damão e Dio, exonero a comissão administrativa da «Tivim Cooperative Dairy Society Ltd.», de Tivim, Bardés, composta de 9 membros mencionados a seguir, a partir da data da expedição desta ordem.

1. Sr. Ravindra Porob (presidente).
2. Sr. Luis Afonso.
3. Sr. Rama Lakho Salgaonkar.
4. Sr. Vithal Hari Sarvankar.
5. Sr. Mangesh Arjun Harmalkar.
6. Sr. Harischandra Ganesh Harmalkar.
7. Sr. Lawrence Rodrigues.
8. Sr. Pedro Gomes Veigas.
9. Sr. Mohan Shivaram Rodecar.

Ao abrigo do artigo 78(1)(b) do citado Act, em substituição da comissão administrativa acima mencionada, nomeio o Sr. D. M. Pathan «Jr. Auditor» das sociedades cooperativas em Mapuçá, como administrador a mesma sociedade, por período de um ano, inicialmente.

José C. Almeida, Registrador de Sociedades Cooperativas de Goa, Damão e Dio.

Panaji, 13 de Junho de 1968.

Notifications

RES-(c)-201-/Goa

In exercise of the powers vested in the Registrar of Cooperative Societies, Goa, Daman and Diu under Section 9 of the Maharashtra Cooperative Societies Act, 1960 as applied to the Union Territory of Goa, Daman and Diu Sanjivani Bagayatdar Sahakari Sanstha Ltd., Panaji is registered under code symbol No. RES-(c)-201-/Goa.

Jose C. Almeida, Registrar of Cooperative Societies Goa, Daman and Diu.

Panaji, 30th April, 1968.

PRD-(c)-62-/Goa

In exercise of the powers vested in the Registrar of Cooperative Societies, Goa, Daman and Diu under Section 9 of the Maharashtra Cooperative Societies Act, 1960 as applied to the Union Territory of Goa, Daman and Diu Sanvordem Sahakari Dudi Vyavasayik Sanstha Ltd., Sanvordem-Sanguem is registered under code symbol No. PRD-(c)-62-/Goa.

Jose C. Almeida, Registrar of Cooperative Societies Goa, Daman and Diu.

Panaji, 3rd May, 1968.

PRD-(c)-63-/Goa

In exercise of the powers vested in the Registrar of Cooperative Societies, Goa, Daman and Diu under Section 9 of the Maharashtra Cooperative Societies Act, 1960 as applied to the Union Territory of Goa, Daman and Diu, Kalika Sahakari Dudi Vyavasayik Sanstha Ltd., Savarsem, Satari is registered under code symbol No. PRD-(c)-63-/Goa.

Jose C. Almeida, Registrar of Cooperative Societies Goa, Daman and Diu.

Panaji, 5th June, 1968.

Labour and Information Department

Order

LC/1-(115)/67

Whereas the appropriate Government is satisfied that an industrial dispute exists between the management of M/s. Gomantak Private Limited, Mormugao Harbour, and their workman in respect of the matters specified in the Schedule herewith annexed; and, whereas the appropriate Government is of the opinion that the dispute should be referred to adjudication to the Industrial Tribunal;

Now, therefore, in exercise of the powers conferred by sub-section (1) of section 10 of the Industrial Disputes Act, 1947 the appropriate Government is pleased to refer the said dispute for adjudication to the Industrial Tribunal constituted under Government Notification No. LC/1/IT/(IT)/63-67/2673 dated 3rd November, 1967.

SCHEDULE

1. Whether the action of the management of M/s. Gomantak Private Ltd., Mormugao Harbour, in terminating the services of Shri T. V. Parvate employed as Editor of the newspaper is legal and justified. If not, what relief is Shri Parvate entitled to?

2. Whether Shri Parvate is entitled to receive any wages for the period from 30-12-65 to 14-1-66 and any extra remuneration for the period from 23-11-66 to 16-3-67. If so, to what extent?

3. What other relief, if any, is Shri Parvate entitled to?

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

B. Ram, Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 24th June, 1968.

Despachos

RES-(c)-201-/Goa

No uso das faculdades conferidas ao Registador de Sociedades Cooperativas de Goa, Damão e Dio, pelo artigo 9.º de «Maharashtra Coop. Societies Act, 1960», conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Dio, a «Sanjivani Bagayatdar Sahakari Sanstha Ltd.», de Panaji, é registada sob o n.º de ordem RES-(c)-201-/Goa.

José C. Almeida, Registador de Sociedades Cooperativas de Goa, Damão e Dio.

Panagi, 30 de Abril de 1968.

PRD-(c)-62-/Goa

No uso das faculdades conferidas ao Registador de Sociedades Cooperativas de Goa, Damão e Dio, pelo artigo 9.º de «Maharashtra Coop. Societies Act, 1960», conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Dio, a «Sanvordem Sahakari Dudi Vyavasayik Sanstha Ltd.», de Sanvordem-Sanguem, é registada sob o n.º de ordem PRD-(c)-62-/Goa.

José C. Almeida, Registador de Sociedades Cooperativas de Goa, Damão e Dio.

Panagi, 3 de Maio de 1968.

PRD-(c)-63-/Goa

No uso das faculdades conferidas ao Registador de Sociedades Cooperativas de Goa, Damão e Dio, pelo artigo 9.º de «Maharashtra Coop. Societies Act, 1960», conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Dio, a «Kalika Sahakari Dudi Vyavasayik Sanstha Ltd.», de Savarsem, Satari é registada sob o n.º de ordem PRD-(c)-63-/Goa.

José C. Almeida, Registador de Sociedades Cooperativas de Goa, Damão e Dio.

Panagi, 5 de Junho de 1968.

Departamento de Trabalho e Informação

Portaria

LC/1-(115)/67

Atendendo a que o Governo interessado é do parecer que existe uma disputa industrial entre a gerência da empresa Gomantak Private Ltd., do Porto de Mormugão, e o pessoal da mesma, em relação aos assuntos mencionados no quadro anexo, e de que a mesma disputa deve ser submetida à decisão do Tribunal Industrial;

Usando das faculdades conferidas pela alínea (1) do artigo 10.º do «Industrial Disputes Act, 1947», o Governo interessado determina que a mesma disputa seja submetida à decisão do Tribunal Industrial constituído pelo despacho n.º LC/1/IT/(IT)/63-67/2673, de 3 de Novembro de 1967.

QUADRO

1. Se o procedimento da gerência da empresa Gomantak Private Ltd., do Porto de Mormugão, em terminar os serviços do Sr. T. V. Parvate, que trabalhava como redactor do jornal, é legal e justificável. Caso contrário, a que indemnização tem o Sr. Parvate direito?

2. Se o Sr. Parvate, tem direito a receber qualquer salário durante o período que vai de 30 de Dezembro de 1965 a 14 de Janeiro de 1966, e qualquer remuneração extra durante o período que vai de 23 de Novembro de 1966 a 16 de Março de 1967. No caso afirmativo, até que montante?

3. Quais os outros benefícios, caso haja, a que o Sr. Parvate tem direito?

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dio.

B. Ram, Secretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panagi, 24 de Junho de 1968.

Order

LC/1/68

The following Notification from the Government of India, Ministry of Labour, Employment and Rehabilitation (Dept. of Labour and Employment), New Delhi, is hereby republished for the information of all concerned.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

B. Ram, Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 24th June, 1968.

Notification

Dated the 28th May, 1968

S. O.—In exercise of the powers conferred by section 7A of the Industrial Disputes Act, 1947, (14 of 1947), the Central Government hereby constitutes Industrial Tribunal No. 2 with headquarters at Bombay and appoints Shri N. K. Vani as the presiding officer of that Tribunal with effect from the 23rd May, 1968.

O. P. TALWAR
Under Secretary

(F. No. 1/31/68-LRI-II)

Notification

I&L/1480/68/1621

Notification No. 7-PG(6)/68, dated 5th June, 1968 issued by the Ministry of Transport and Shipping (Transport Wing) Government of India, New Delhi, is hereby republished for the information of General Public.

S. R. Shinde, Under Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 22nd June, 1968.

GOVERNMENT OF INDIA
MINISTRY OF TRANSPORT & SHIPPING
(Transport Wing)
New Delhi, the 5th June, 1968

Notification

Ports

(7-PG(6)/68)

G. S. R.—In exercise of the powers conferred by clause (c) of sub-section (1), and by sub-section (2) of section 3 read with sections 11 and 13 of the Major Port Trusts Act, 1963 (38 of 1963), the Central Government hereby appoints Shri S. R. Kulkarni and Shri G. D. Bhadkamkar as Trustees representing labour on the Board of Trustees for the Port of Mormugao for the period upto the 31st March, 1970 and notifies the same as required by sub-section (6) of the said section 3.

Sd/-

K. L. GUPTA

Under Secretary to the Government of India.

Portaria

LC/1/68

Para conhecimento geral a seguir se publica o despacho do Ministério de Trabalho, Emprego e Rehabilitação (Departamento de Trabalho e Emprego) do Governo da Índia, de Nova-Delhi.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

B. Ram. Secretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panagi, 24 de Junho de 1968.

Despacho

Datado de 28 de Maio de 1968

S. O.—No uso das faculdades conferidas pelo artigo 7A do «Industrial Disputes Act, 1947 (14 of 1947)», o Governo Central determina a constituição do Tribunal Industrial n.º 2, com sede em Bombaim, e nomeia o Sr. N. K. Vani, presidente do mesmo Tribunal, a partir de 23 de Maio de 1968.

O. P. TALWAR
Subsecretário

(F. No. 1/31/68-LRI-II)

Despacho

I&L/1480/68/1621

Para conhecimento do público a seguir se publica o despacho n.º 7-PG(6)/68, de 5 de Junho de 1968, do Ministério de Transportes e Navegação (Repartição de Transportes) do Governo da Índia, de Nova-Delhi.

S. R. Shinde, Subsecretário de Indústrias e Trabalho.

Panagi, 22 de Junho de 1968.

GOVERNO DA ÍNDIA

MINISTÉRIO DE TRANSPORTES E NAVEGAÇÃO
(Repartição de Transportes)

Nova-Delhi, 5 de Junho de 1968

Despacho

Portos

(7-PG(6)/68)

G. S. R.—No uso das faculdades conferidas pela alínea (c) do § (1) e alínea (2) do artigo 3.º, conjugadas com os artigos 11.º e 13.º do «Major Port Trust Act, 1963 (38 of 1963)» o Governo Central nomeia os Srs. S. R. Kulkarni e G. D. Bhadkamkar, como representantes dos trabalhadores no conselho de administração do Porto de Mormugão, até 31 de Maio de 1970, o que se torna público conforme exige a alínea (6) do citado artigo 3.º

Sd/-

K. L. GUPTA

Subsecretário do Governo da Índia.